



Governo diverge sobre modelo

Em menos de 24 horas, Rato enterra a CEDAE e Nolasco ressuscita

As opiniões divergentes do Secretário Estadual de Obras e Serviços Públicos, Antônio Manoel Rato, e do presidente da CEDAE, José Maurício Nolasco, sobre o futuro da Empresa ficaram patentes, no Seminário Gestão do Saneamento Básico, realizado no período de 8 a 10 de julho, no Clube de Engenharia. Na abertura do Seminário, Rato anunciou a extinção quase total da CEDAE, afirmando a intenção do governo estadual de municipalizar os serviços de Saneamento das prefeituras interessadas e

privatizar várias outras concessões, até mesmo, a do sistema Guandu. Por sua vez, Nolasco disse que "a visão do Secretário era uma, a dele outra". As divergências entre os dois possibilitaram que o presidente da ASEAC, Dario Mondego, pedisse a Nolasco que este fosse o advogado dos empregados da Empresa junto ao governador, para que se realizasse um amplo debate, com a participação de todos, com o objetivo de rediscutir um novo modelo de gestão para a CEDAE, de forma a mantê-la no setor público,

tornando-a mais eficaz no atendimento às necessidades da população do estado. Nolasco aceitou a proposta, explicando, no entanto, que já havia pedido à Fundação Getúlio Vargas, que analisasse um novo modelo de gestão para a Companhia, que seria levado aos empregados.

O Seminário incluiu, entre outras, uma palestra sobre o novo modelo gerencial implantado na SABESP, que recuperou a Empresa financeiramente, tornando-a uma bandeira política do governador Mário Covas, do PSDB. (Pag. 3,4 e 5)

Por conta da falta de apoio das autoridades, Resende despeja, hoje, 96% de seus esgotos no rio Paraíba do Sul

Municípios estão abandonados

Fotos de Marcos Salles

Atualmente, existem recursos à vontade no BNDES e na Caixa Econômica Federal - CEF - para eu privatizar a minha empresa de Saneamento. Mas para ela investir em esgoto sanitário não, e, a exemplo de outros municípios, nós temos muita dificuldade para avançar com os nossos projetos de investimento na melhoria do sistema de Saneamento, a não ser dentro do modelo projetado pelo governo federal.

O desabafo é do prefeito de Resende, Eduardo Meohas, ao participar da sessão de abertura do Seminário "Gestão do Saneamento no Estado do Rio", que analisou a visão do governo a respeito dos diversos modelos gerenciais para o setor. Ele reclamou da falta de apoio das autoridades federais mesmo às empresas municipais bem administradas, que não conseguem evoluir, embora tenham estrutura para isso.

Muito aplaudido, Meohas disse que a empresa local está construindo reservatórios para reforçar o abastecimento, por gravidade, sem depender da CERJ (Cia. de Energia recentemente privatizada), "que está implacável depois que foi transferida à iniciativa privada", afirmou o prefeito. Ele lembrou que a sede de seu município acabara de ter a sua energia cortada, por atraso de pagamento.

Ao analisar os diferentes modelos de Saneamento, o prefeito afirmou que "o monopólio, quando é estatal, é complicado. Mas quando é privado, é perverso", resumiu. Segundo ele, no setor de saneamento, o modelo privado tende a privilegiar o abastecimento de água, que dá retorno, em detrimento do esgotamento sanitário, que não dá. Já a concessão parcial pode ser interessante, "mas eu gostaria de ser procurado por algum parceiro privado para fazer um projeto industrial e operar



Meohas condenou a discriminação pelo governo federal do Saneamento Básico

uma estação de esgotos, pois aí não me preocupa a tarifa social", ironizou. Quanto à terceirização, ele considera um caminho bom, "mas que não pode ser utilizado para contratar apadrinhados", disse.

Segundo o prefeito de Resende, por conta da falta de apoio das autoridades, o município despeja, hoje, 96% de seus dejetos no rio Paraíba do Sul, "in natura", e cerca de 4% vão para um terreno impermeável. "Mas o que nós precisávamos era ter acesso a recursos para investimento em esgotamento sanitário, porque, hoje, nós não tratamos água para beber, nós tratamos esgotos, com muito produto químico". E, na sua visão, a iniciativa privada, que tem facilidade para acessar os recursos, não está preocupada com isso, explicou. Citou o exemplo da Companhia Sederúrgica Nacional - CSN - a maior poluidora do Paraíba do Sul, responsável pelo abastecimento de 80%

do Rio e da Região Metropolitana.

Na sua opinião, o setor de Saneamento enfrenta, atualmente, três desafios fundamentais: a democratização da gestão; a democratização dos recursos; e a implantação de uma política de incentivo para as empresas que conseguiram sanear sua gestão.

Sobre a discussão a respeito do Poder Concedente, Eduardo Meohas foi claro: "A nossa constituição já definiu quem é o poder concedente", disse referindo-se ao artigo constitucional que dá essa prerrogativa ao município. "Assim como a lei de concessões definiu a quem cabe a responsabilidade de dar Saneamento à população - o Poder Público", afirmou. Na opinião do prefeito, um setor com esta importância, que interfere diretamente em questões sociais, de saúde pública e meio ambiente, é de responsabilidade do Estado.

- Dos R\$ 400 milhões anunciados no início do ano pelo governo federal

para o Plano Nacional de Combate à Dengue, que previa diversas ações na área de Saneamento Básico, só existem, de fato, R\$ 40 milhões. A questão dos recursos para o setor está uma bagunça, há muito tempo. Por isso, eu defendendo a instalação, o mais rápido possível, de uma Conferência Nacional do Saneamento, conforme foi proposto e aprovado pela 10ª Conferência Nacional de Saúde, no final de 1996.

A denúncia foi feita pelo chefe da Unidade de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde - FNS - de Minas Gerais, Frederico Carlos de C. Soares, representando a presidente do Órgão no encontro. Na sua opinião, a instalação da Conferência poderá se tornar um marco principal para o estabelecimento de diretrizes para o setor de Saneamento, com discussões amplas e democráticas. Ele informou que o Plano de Combate à Dengue está sendo reformulado, a nível de gabinete, pelo Ministério da Saúde, pois foi lançado de maneira confusa.

O médico, que também participou da sessão de abertura do Seminário, chamou atenção para alguns pontos que precisam ser considerados antes de se privatizar sistemas de Saneamento. Em primeiro lugar, é fundamental que haja um amplo debate com a sociedade. Em segundo, a autorização para isso, deve ser sempre da Câmara de Vereadores, conforme determina a Constituição. Por último, Frederico acha que as metas a serem atingidas devem estar bem claras, assim como os valores de investimento, tarifas. Ele defendeu ainda a adoção de mecanismos reguladores e fiscalizadores, que tenham, em sua composição, representantes da comunidade, além da administração municipal.

- Não se pode admitir que a população venha a ser cobaia de empresas aprendizes da operação do sistema de Saneamento - disse o sanitarista. Para Frederico Soares, no entendimento da FNS, os serviços de Saneamento são básicos para a saúde pública. "Portanto, devem ser abrangentes e acessíveis a toda a população", afirmou. Para ele, tais serviços devem ser geridos pelo nível municipal e suas ações planejadas em articulação com os vários setores ligados à saúde e participação da comunidade.

O chefe da unidade mineira da Fundação alertou os presentes para o documento elaborado pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemac - com apoio da FNS, intitulado "1º Diagnóstico dos Serviços Municipais de Saneamento", que mostra, de maneira inofismável, o sucesso da gestão pública dos serviços de Saneamento.

Jornal da ASEAC
VSEAC
Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120,
Salas 601, 602, 607 e 902
Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 -
Telefax: 253 7482

Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
Darío Mondego
Diretor Vice-Presidente
Walcyr Goulart Marliosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR
Representantes dos Administradores
Pedro Paulo de Freitas
Advogados
Suelli Kolling Turano
Analistas
César Lima da Graça
Aposentados
Edson Bittencourt Rosas
Elyso Américo M. da Fonseca
Leon Ambram
Nacim Chau Cascum

Arquitetos
Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
Evandro Rodrigues de Brito

Contadores
Sérgio Perelra

Demais categorias
Eliana Glória de P. Pelxoto

Economistas
Pedro Evandro Ferrelra

Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha

Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques
CONSELHO FISCAL
Efetivos: Aloísio Souza da Silva, Nelson Martins Portugal e José Carlos Fillippo.
Suplentes: David Fink, Antônio Bastos de Oliveira e Luiz Fernando F. Rodrigues.

PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Planin - Assessoria de Comunicação
Telefax: (021)220 5031/ (021)224 5472
Jornalista Responsável:
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação
João Carlos Guedes
Revisão: Maria Amália Monteiro
Edição de junho de 1997
Tiragem: 2.000 exemplares

O encontro foi dedicado também ao relato de experiências bem sucedidas, como a da Sabesp, em São Paulo



Presidente da CEDAE propõe a redução do tamanho da Empresa e aceita discutir com os trabalhadores um projeto para redesenhar a Companhia

Uma luz no fim do túnel?

Um amplo seminário destinado a discutir com a direção da CEDAE alternativas para promover o redesenho da Empresa, juntamente com os trabalhadores da "casa", em bases mais modernas e adequadas às necessidades da população no que se refere a serviços de Saneamento Básico, está sendo organizado pelos empregados. A sugestão já foi aceita pelo presidente da Companhia, José Maurício Nolasco.

A idéia surgiu durante o segundo dia de debates do seminário promovido pelo Clube de Engenharia, ABES e SEAERJ, com apoio da ASEAC, Federação dos Urbanitários e ABES-Rio, entre os dias 8 e 10 de julho, no Rio, para discutir a "Gestão do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro", com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de técnicos e trabalhadores do setor de Saneamento Básico.

Na visão do presidente da CEDAE, que participou dos debates sobre experiências de outras Empresas estaduais e municipais e de serviços autônomos de Saneamento, além de não haver tempo hábil para que o governo do Estado promova, até o final do atual mandato, o fatiamento da CEDAE, como garantiu, na sessão do primeiro dia, o secretário de Obras e Serviços Públicos, Antônio Manoel Rato, a Empresa não vai ser privatizada, mas precisa diminuir de tamanho. Para ele, que assistiu a exposição sobre a bem sucedida experiência de descentralização da SABESP, feita pelo vice-presidente, Antônio Marsiglia, "a Companhia paulista, para atingir o que atingiu,

teve que ser rearmada e fez cortes. A CEDAE depende de quebrar a resistência que existe na própria empresa, de querer mexer, pois do jeito que está hoje, se não houver mudanças, ela entra na transição do governo correndo o risco de acabar", advertiu.

Em seguida, se comprometeu pessoalmente com os trabalhadores da Companhia a discutir, "em um grande seminário", o redesenho da CEDAE, de maneira a preparar a empresa para novos tempos: "Podem marcar que eu vou", afirmou determinado. De qualquer forma, Nolasco insistiu na tese de que a Empresa precisa ser redimensionada em seu tamanho, inclusive promovendo algumas municipalizações que se dependessem dele já teriam ocorrido.

Debates

Realizado durante três dias, o Seminário sobre Gestão do Saneamento Básico no RJ foi dividido em três subtemas: A Visão do Governo; Experiências; Alternativas e Aspectos Legais. No primeiro dia, que teve como mediador o presidente do Clube de Engenharia, Raymundo de Oliveira, as atenções se concentraram nas declarações do secretário de Obras que, apesar das promessas veladas que têm sido feitas pelo próprio governador de que a CEDAE será preservada, se apressou em jogar uma "pá de cal" nas expectativas dos trabalhadores, que vêm alertando a população sobre o risco da privatização do Saneamento no Estado do Rio, propondo, inclusive, um modelo alternativo ao do governo. Rato, alegando que o modelo dos

empregados da Companhia não atende os interesses políticos do governo, descartou a hipótese de ele vir a ser implantado como solução para modernizar e descentralizar a gestão da CEDAE, a exemplo do que fez a SABESP, em São Paulo, preservando o Saneamento na esfera do Poder Público.

O ímpeto do secretário, porém, esbarrou na resistência do representante da prefeitura do Rio de Janeiro no evento - o secretário de Meio Ambiente, Maurício Lobo - que, representando o Prefeito Luiz Paulo Conde, disse que o Poder Concedente do Município não está sendo respeitado pelo Estado e garantiu que a prefeitura vai recorrer à justiça, se necessário, para impedir o processo de privatização dos serviços de Saneamento na Barra da Tijuca, atendendo reivindicação da própria comunidade da Barra. Lobo aproveitou a oportunidade para anunciar a aprovação, pela Câmara de Vereadores, de uma lei autorizando o município a explorar os serviços de Saneamento no Rio, direta ou indiretamente, de acordo com os interesses do município.

Do primeiro dia de debates, participaram, ainda, o médico Frederico Carlos Soares, chefe da Unidade de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde (FNS), representando a presidente, Elisa Sá Viana; e o prefeito de Resende, Eduardo Meoñas.

Experiências e Alternativas

No segundo dia de palestras e debates do Seminário, cujo mediador foi o presidente da ABES, Clóvis Nascimento, participaram, além do presidente da

CEDAE e do vice-presidente da SABESP, o diretor técnico da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental - AIDIS (Capítulo Argentina, Juan Pablo Schifini; o diretor-presidente do serviço autônomo municipal de Limeira, Paulo Brasil Batistella; e o presidente do Departamento de Água e Esgotos de Porto Alegre - RS -, Dieter Wartchow.

Tendo como mediador o presidente da SEAERJ, Jayme Tobias Steichel, o último dia de debates do encontro contou com uma exposição bastante detalhada sobre o histórico e a evolução da CEDAE (Ver pag. 8), feita pelo presidente da ASEAC, Dario Mondego, que se deteve em dados comparativos, mostrando as vantagens do Saneamento na esfera pública e as desvantagens, para a população, da privatização, além do modelo de gestão proposto pelos empregados.

Marcado pela ausência do prefeito de Niterói, que foi convidado, mas não compareceu e nem enviou representante, frustrando os presentes, os debates sobre as alternativas de gestão e os aspectos legais ganharam outros destaques, com a palestra do jurista Marcelo Cerqueira; do vice-presidente do Sindicato dos Urbanitários, Jurandir Petrolino; do presidente da Associação dos Empreiteiros do Estado, Francis Bogossian; e do professor da Coppe/UFRJ, Jerson Kelman, que representou a presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH -, Mônica Ferreira.

Rato tentou justificar o projeto do governo na teoria de que a CEDAE não tem capacidade de alavancar recursos

Governo diverge sobre mo

Se depender da prefeitura do Rio, privatização na Barra fica no papel

Se depender da prefeitura, o processo de licitação para a concessão do sistema de Saneamento da Barra da Tijuca à iniciativa privada vai parar por aqui. Quem garantiu isso foi o secretário municipal de Meio Ambiente, Maurício Lobo, que representou o prefeito Luiz Paulo Conde, na sessão de abertura do Seminário sobre Gestão do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro. Lobo explicou que a prefeitura está questionando os prazos muito dilatados previstos no projeto de concessão e, se necessário, vai recorrer à justiça para impedir a licitação, que já vem sendo questionada, inclusive, pela própria comunidade da Barra da Tijuca.

O secretário de Meio Ambiente do Rio aproveitou o encontro para anunciar a aprovação pela Câmara de Vereadores do projeto de lei 172/97, que autoriza o Poder Executivo a explorar, direta ou indiretamente, os serviços de abastecimento de água e de esgotos, de interesse do município. Sobre o modelo de gestão proposto pelos empregados da CEDAE, Lobo disse que o projeto "encantou bastante o prefeito Luiz Paulo Conde", que vem examinando a sugestão, embora a prefeitura ainda não tenha uma posição firmada sobre o assunto.

- Buscar soluções para o Saneamento da cidade é prioridade para a prefeitura. Na área de Meio Ambiente, também é prioridade - garantiu, citando obras feitas pelo município na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, de mais de R\$ 1 milhão.

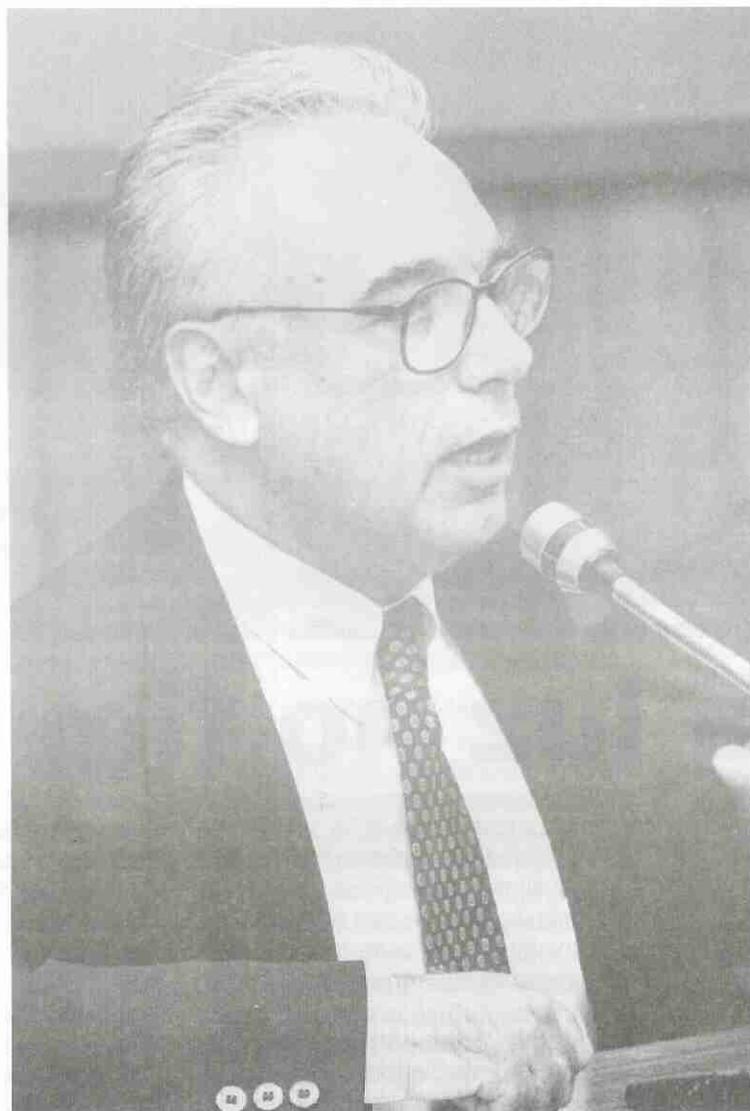
Recorrendo a números, ele disse que a situação no Rio de Janeiro é muito preocupante, lembrando que, por área, apenas 24% da cidade conta com o sistema separador absoluto - que impede o esgoto de ser lançado na rede de drenagem da prefeitura -, enquanto 76% não têm. "E não estamos discutindo a destinação correta do esgoto coletado, o que torna a situação ainda mais grave". Considerando o total da população, a situação é um pouco melhor: 53% têm sistema separador absoluto, enquanto 47% não são atendidos.

Lembrando que o município foi obrigado a questionar novamente o edital para licitação do sistema da Barra, a exemplo do que fez para retirar as áreas do Recreio, Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim da mesma licitação, por divergências com o governo do Estado, devido aos prazos da obra, Maurício Lobo disse que o município já dispõe de recursos da Caixa Econômica Federal para concluir toda a rede daquela região (cerca de 120 km) e executar a Estação de Tratamento de Esgotos. Isso foi uma exigência da própria comunidade, pois o grande número de poços e de fossas estava criando uma convivência perigosa para a saúde da população.

Quanto ao caso da Barra, Lobo disse que a prefeitura voltou a questionar o projeto, devido ao seu grande interesse para a população local. Além disso, não houve respeito ao Poder Concedente municipal. "O Rio tem uma situação um pouco mais complexa do que outras cidades. Por ter sido capital federal e Estado da Guanabara, não houve, aqui, uma formalidade de concessão. Assim, nós gostaríamos de participar, agora, da execução e acompanhar todo esse processo da Barra. Isto porque o edital voltou às ruas com prazos que não nos parecem corretos. A previsão inicial, que era de três ou quatro anos, agora passou a 10, 11 anos", acrescentou.

Ao concluir, o secretário disse que a prefeitura não questiona a qualidade do projeto, a concessão em si. "Nós queremos participar, buscar um entendimento e prazos que atendam à cidade do Rio de Janeiro, e a partir daí criar um pacto de Saneamento para a cidade", concluiu.

Fotos de Marcos Salles



Rato: concessões são o caminho para a verdadeira justiça social

"Privatizar é decisão de governo"

Substituindo o vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha, o secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos, Antônio Manoel Rato, descartou a possibilidade de o governo do Estado adotar o modelo gerencial proposto pelos empregados da CEDAE, nos moldes do que vem sendo utilizado, com sucesso, pela Sabesp. Rato ratificou a disposição das autoridades de entregar a concessão dos serviços de Saneamento Básico do Rio de Janeiro ao setor privado - inclusive o da Barra da Tijuca - e incentivar a municipalização nas localidades que demons-

trarem esse interesse.

- Não acredito que o governo adote o modelo proposto através da ASEAC. Não descarto esse modelo, mas é decisão política não caminhar por ele. Não acredito que este seja o caminho e eu acho que é uma alternativa vulnerável. Nosso projeto é diferente - disse Rato. O secretário de Obras fez um balanço sobre a evolução da crise do setor, agravada na década de 80, com a extinção do Planasa, e que, segundo ele, fez com que, hoje, as companhias de Saneamento perdessem a capacidade de alavancar recursos para atender às demandas da sociedade. Para Antônio Rato, "é preciso vencer a resistência" para que o Estado do Rio consiga os recursos necessários para atender toda a população com água tratada e esgotamento sanitário.

Em seguida, o secretário falou dos vários sistemas de Saneamento que atendem o Estado, em especial o Guandu - cuja fonte primária de abastecimento confundiu com o canal de Imunana -, admitindo, pela primeira vez, que a ampliação do sistema começou na administração passada. Depois, insistiu que a capacidade do Estado e da CEDAE de alavancar recursos está esgotada: "A empresa arrecada R\$ 800 milhões por ano, mas opera com perdas de 50%", argumentou. Segundo ele, "o governo federal dirige um programa de modernização, no qual o Estado do Rio foi buscar apoio para romper o nó, modernizar seu sistema", explicou, referindo-se ao Programa Estadual de Desestatização - PED. A partir desse argumento, Rato reafirmou que a intenção do governo é adotar para o Guandu, Juturnaíba e Imunana, o modelo das concessões, "alavancando recursos da iniciativa privada, não privatizando, mas através de concessões privadas, que são o caminho para fazer a verdadeira justiça social", afirmou.

Antônio Manoel Rato citou como exemplo a CERJ, recentemente privatizada, que iniciou um programa de eletrificação para comunidades carentes (favelas de Cavalão e Morro do Estado), mais tarde batizado pelo prefeito de Resende, Eduardo Meohas, como "um mero programa para caçar gatos" nas ligações. O secretário falou também sobre a criação do polêmico e discutido "Ente Regulador" e do "Marco Regulador", "que vai permitir ao Estado cumprir sua função".

O secretário de Obras citou a lei de concessões para tentar justificar a teoria de que, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o verdadeiro Poder Concedente é o Estado e não o município - como diz a Constituição - a quem caberia apenas os serviços locais. Assim, como os sistemas da CEDAE envolvem mais de um município, ele afirmou que "todos são de concessão estadual".

"Vamos reunir técnicos, defender a instituição e formar uma torcida unida e de briga para enfrentar os adversários"

Modelo para o setor



"Nem 50% das previsões do secretário serão concretizadas"

"Minha visão é diferente"

A CEDAE experimentou um crescimento desordenado nas administrações passadas e, hoje, precisa diminuir de tamanho para sobreviver, sob pena de desaparecer nos três primeiros meses do próximo governo se as mudanças necessárias não forem tomadas ano que vem. A declaração foi feita pelo presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE -, José Maurício de Lima Nolasco, no espaço reservado às perguntas encaminhadas aos participantes do seminário. Instado a comentar as declarações feitas pelo secretário de Estado de Obras, Antônio

Manoel Rato, que na abertura do seminário também anunciou a privatização de vários sistemas de produção de água no Estado, o presidente da Cia., no entanto, negou que a empresa pública virá a ser privatizada:

"A visão do secretário é uma, e a minha é outra. Eu duvido que, nesse pouco mais de um ano e meio de governo que resta, se consiga concretizar essa tese de divisão da CEDAE em cinco regiões. Nós temos que ter coerência, os pés no chão. Existe muita falácia sobre o que se quer fazer, e se está fazendo muito pouco. Mas entre o que está proposto e o que vai ser feito, há uma distância muito grande".

José Maurício Nolasco adiantou que está buscando junto ao conselho de administração da empresa as verbas necessárias à reestruturação organizacional

que pretende deixar aos cuidados da Fundação Getúlio Vargas. Ainda durante os debates, que se seguiram à apresentação dos conferencistas, o presidente da CEDAE assumiu o compromisso de comparecer a uma reunião sugerida pelo presidente da ASEAC para debater o futuro da empresa, "Precisamos reunir técnicos e engenheiros para defender a instituição e formar uma torcida unida e de briga para enfrentar os adversários", comentou.

Ao iniciar a exposição que fez ao plenário do Clube de Engenharia, José Nolasco leu a íntegra de uma carta que enviara ao jornal O Globo protestando contra os termos do artigo "Água Podre", publicado na coluna do jornalista Márcio Moreira Alves. Criticou o municipalismo da lei de concessões, já que os municípios não dispõem de linhas de financiamento para gerir os sistemas, mas admitiu que alguns sistemas necessitam ser municipalizados no estado do Rio. Garantiu que nem 50% das previsões do secretário de Obras serão concretizadas, mas fez críticas à lentidão do programa de privatizações do governo, "que, se estivesse em minhas mãos, já teria andado um pouco mais".

O presidente da CEDAE apontou ainda a existência de sérias contradições entre a Constituição Federal (à luz da qual o poder concedente é o município) e a nova lei de Recursos Hídricos (que reorganiza o setor com base nas bacias hidrográficas). Citou como exemplo a polêmica em torno da anunciada licitação com a qual a prefeitura de Niterói pretende privatizar os serviços de água e esgoto naquele município. "A água lá consumida sai daqui do Guandu e o próprio texto constitucional diz que o poder concedente, no caso, tem de ressarcir o concessionário pelos investimentos feitos na região; como esse ressarcimento é vultoso e tecnicamente impossível de ser honrado, não vai haver licitação", disse, confundindo os sistemas de produção de Imunana (que abastece Niterói) e do Guandu, que abastece 80% do Rio.

TORRE DE BABEL

Quem ouviu as palestras do secretário de Obras do Estado, Antônio Rato, e do presidente da CEDAE, José Maurício Nolasco, durante o seminário promovido no Clube de Engenharia para discutir a "Gestão do Saneamento no Estado do Rio de Janeiro" teve a nítida impressão de estar numa verdadeira "Torre de Babel". Num dia, o secretário de Obras praticamente decretou o enterro da CEDAE, confirmando a intenção do governo de fiação a empresa, através de várias concessões à iniciativa privada. No dia seguinte, o presidente ressuscitou a Companhia, desmentindo a sua privatização imediata e se comprometendo a discutir com os seus empregados um novo modelo de gestão.

Mas essa desarticulação - ou desinformação - do governo sobre o governo não é o que mais preocupa. Depois de ouvir o vice-presidente da Sabesp, Antônio Marsiglia Neto, sobre o modelo escolhido e implantado na Empresa, que tem demonstrado eficiência e permitido a ampliação dos serviços da Companhia em todo o Estado de São Paulo, é triste assistir um secretário de Estado admitir que "o governo escolheu o modelo da privatização por razões políticas". E pior, que não aceita sequer discutir o modelo proposto pelos empregados da Empresa, "por julgá-lo vulnerável".

Que exemplo de democracia esse governo nos dá. Ora, se existem falhas na proposta, elas estão aí para serem discutidas e sanadas. E é exatamente para isso que a ASEAC, a ABES e os sindicatos estão buscando ampliar o debate, envolvendo a sociedade de maneira geral, para que ela possa ter, democraticamente, a chance de decidir o que é melhor para ela, e não apenas "engolir goela a dentro" um projeto de privatização, pautado em experiências negativas de outros países, que pretende entregar o futuro da saúde pública do Estado nas mãos de meros investidores.

Por outro lado, o compromisso público, assumido pelo presidente da Empresa, no sentido de discutir com os empregados um novo modelo para a CEDAE, preparando-a para o futuro, demonstra que nem tudo está perdido, e que ainda resta a este governo uma ponta de "bom senso e consciência". Não podemos perder de vista que, de acordo com o modelo do Estado, haverá algumas municipalizações e concessões privadas de municípios e, em alguns casos, até de bairros. Nota-se, aí, que se promove o contrário da gestão universalizada do Saneamento Básico, com graves prejuízos para o subsídio cruzado, que é um procedimento da CEDAE, cujo objetivo prioritário é o social. Esse pretendido fiação da concessão do Saneamento poderá gerar conflitos e o possível surgimento de focos de doenças de veiculação hídrica, pois alguém vai deixar de ser atendido se não existir o interesse econômico da concessionária privada, e a CEDAE for relegada a um organismo fraco, com amarras e, em consequência, ineficaz. E a população dificilmente vai conseguir entender que, dentro de um mesmo governo, haja discriminação no atendimento de tais serviços essenciais, agravando-se, inclusive, com a prioridade estabelecida em contrato com a empresa privada para o fornecimento de água em época de crise de abastecimento.

Fazemos nossas duas frases que marcaram os debates deste evento, ditas, respectivamente, pelo médico Frederico Soares, da Fundação Nacional de Saúde, e pelo advogado Marcelo Cerqueira: "Não se pode admitir que a população venha a ser cobaia de empresas aprendizes da operação do sistema de Saneamento"; "O abastecimento de água não pode ser um serviço entregue à sanha do capitalismo".

Participação dos empregados em todos os níveis foi fundamental para reverter a situação da Empresa paulista

Sabesp dá a volta por cima

Fotos de Marcos Salles

Primero conferencista a desenvolver o tema "Gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto - Experiências", o vice-presidente da Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp), Antonio Marsiglia Neto, destacou a importância da participação dos empregados no processo que redesenhou a empresa: "As associações internas, notadamente as de nível universitário, já possuíam, inclusive, o esboço de um modelo e isso facilitou os debates que chegaram a reunir mil e 800 funcionários em busca de um novo modo de gestão".

Também presidente da ABES (SP), ele lembrou que às vésperas do governador Mário Covas assumir, a Sabesp acumulava US\$ 643 milhões em dívidas vencidas, US\$ 72 milhões de empréstimos a curto prazo e relações conflituosas com os municípios - que não tinham participação nenhuma na gestão da Cia. A imediata renegociação de seus contratos, o equacionamento das dívidas e a adoção de um programa voluntário de demissões levou a empresa a reverter o quadro de falência técnica que a envolvia: "Seis meses depois, no início de 95, os custos tinham sido reduzidos em 25%, a receita aumentara 23% e, no final do ano, o lucro foi da ordem de R\$ 26 milhões".

Para superar os problemas de relacionamento da empresa estadual com seus clientes - os municípios - a administração da Sabesp criou unidades de negócios próximas ao poder concedente. O redesenho da Empresa regionalizou suas atividades, dividindo a Cia. em quatro vice-presidências - das quais uma cuida da produção e as outras controlam a distribuição no interior, no litoral e na região metropolitana. À frente desta última, Antonio Marsiglia lembrou que os objetivos delineados com a participação do corpo de funcionários, clientes e usuários do sistema acabou virando programa de governo. "Estamos criando uma tarifa social e até o final de 98 pretendemos cumprir a ambiciosa meta de levar água a 100% da população, esgoto a 85% das residências e tratar 60% dos dejetos residenciais".

Convencido de que um serviço essencial como o de saneamento não pode ser transferido para o setor privado, o vice-presidente da Sabesp vê com apreensão a maneira simplista e afobada com que a tese da municipalização vem sendo defendida. Ele citou a desastrosa imposição com a qual o Banco Mundial desmontou 20 empresas regionais que prestavam serviços de saneamento aos 600 municípios da Alemanha Oriental. A medida, tomada logo após a queda do



Antônio Marsiglia: descentralização gerencial mudou o desempenho da Sabesp

muro de Berlim, municipalizou o sistema e deu origem a 600 empresas - que multiplicaram por 20 a tarifa cobrada, elevaram em 80% o valor médio das contas e obrigaram a população a reduzir de 400 para 150 litros (por pessoa) o consumo anual.

Modelo argentino falha

Com sete anos de vida, o programa de desestatização do governo argentino transferiu 50% das 844 empresas de saneamento para a iniciativa privada, mas até agora não conseguiu arbitrar, com eficiência, os conflitos verificados entre a população e as empresas concessionárias que atuam em suas 23 províncias, informou o Diretor Técnico da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental - AIDIS - Juan Pablo Schitini.

Segundo ele, o modelo adotado na Argentina produziu situações atípicas, como a verificada na província de Tucuman. Na ânsia de agilizar o processo licitatório, as autoridades locais deixaram de contratar um estudo econômico-financeiro, elaboraram um contrato sem tomar as devidas precauções e a empresa vencedora da concorrência aumentou as tarifas em 80%, assim que assumiu o controle. Só após as duas partes esgotarem todas as medidas legais, o governo central - que agora só pode agir em segunda instância - interveio para

recalcular os custos.

Limeira: pressa e atropelos

Às voltas com a fiscalização das concessionárias de serviços públicos e com a conservação das águas pluviais de Limeira, no interior de São Paulo, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAE) daquele município vem lidando com as consequências de uma concessão feita "a toque de caixa", segundo o diretor-presidente do órgão, Paulo Brasil Batistella.

Aprovado em apenas sete dias, o projeto de privatização local não foi discutido com a sociedade e sequer submetido às comissões de Orçamento e de Serviços Públicos da casa. "Sem nenhuma transparência, o processo deu ao consórcio CBPO/Lyonnaise des Eaux o direito de explorar pelos próximos 30 anos os serviços de água e esgoto no município".

Assinado em 1995, o contrato de concessão não tomou as precauções que deveria observar quanto à qualidade do serviço. Tratando apenas dois dos 37 mil m³ de esgoto despejados na bacia pluvial da região, Limeira é, hoje, responsável por 30% da poluição do rio Piracicaba, mas há quatro anos não recebe investimentos para ampliar a capacidade das três estações de tratamento do município.

Com faturamento mensal de R\$ 1,4 bilhão, a concessionária CBPO/

Lyonnaise des Eaux investiu R\$ 4 milhões na infra-estrutura da cidade no ano passado e vai investir R\$ 5 milhões até o final de 1997. Devido a questões políticas, a atual administração do município adiou o repasse anual de custos e o aumento da tarifa (previsto no contrato), para renegociar os termos da concessão. A estratégia, no entanto, só adiou o problema: o reajuste, quando for efetuado, transformará Limeira no município com tarifas de água e esgoto mais altas entre os dez municípios da região. "Se fosse concedida hoje, a atualização elevaria a tarifa em 52%" - concluiu Paulo Batistella.

Falta de recursos, um mito

O diretor do Departamento de Águas e Esgoto de Porto Alegre (DMAE), Dieter Wartchow, classificou de falso o argumento de "falta de recursos", fartamente disseminado para justificar a transferência dos serviços de saneamento para a iniciativa privada. Há oito anos gerindo o setor na capital gaúcha, o também presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) demonstrou que o Estado é capaz de gerar e investir os recursos necessários à prestação de um serviço universalizado e de boa qualidade.

Preocupado com a onda de privatizações que vem tomando de assalto a administração pública brasileira, o diretor do DMAE alertou que o neo-liberalismo adotado pelo governo federal e a adequação de suas políticas à propalada globalização da economia estão produzindo efeitos perversos em setores essenciais como o de saneamento.

Filho dileto da administração participativa colocada em prática na capital gaúcha, o setor de saneamento, eleito como prioritário pela população em 1989, banuiu de Porto Alegre o velho paradigma da ineficiência administrativa. A reengenharia do processo envolveu a análise dos procedimentos usados, a racionalização de rotinas, o uso de tecnologias apropriadas, uma política de recursos humanos e a intensa participação dos usuários do sistema. Os investimentos, que eram da ordem de US\$ 6 milhões anuais até 1988, aumentaram para US\$ 14 milhões, de 89 a 95 e, até o final de 1997, o DMAE terá investido US\$ 27 milhões em recursos próprios. Sem dívidas e com um quadro de funcionários estabilizado desde 93, o órgão está promovendo uma pesquisa para avaliar a possibilidade de financiar um projeto de esgotamento sanitário orçado em US\$ 20 milhões.

"A subserviência do governo gera o *desmonte* do Estado em troca de recursos que não trazem retorno social."



Sindicato dos urbanitários chama o governo à responsabilidade: "o estado mínimo é inconcebível em países como o nosso"

Saneamento é função do Estado

A única proposta possível para o saneamento básico é aquela em que o estado assume a sua responsabilidade social e prevê a participação de todos os setores da sociedade na reorganização do setor e na definição de suas prioridades. A afirmação foi feita pelo vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro (Urbanitários), Jurandir Petrolino, que representou o presidente Luiz Carlos de Oliveira nos debates sobre saneamento no Estado do Rio.

Ele destacou a importância do Planasa, que investiu recursos no setor no período 1967/86, mas lamentou o fato de o Plano ter sido gerido após o golpe de 1964. "Com o fim do órgão e de seus investimentos, restou a herança centralizadora que ainda hoje caracteriza algumas empresas estaduais de água e esgotos" - assinalou Jurandir Petrolino.

Ao criticar a subserviência do governo brasileiro, que promove o "desmonte" do Estado em troca de recursos que não são usados em atividades com retorno social, Jurandir afirmou que o chamado "es-

tado mínimo" é inconcebível em países como o nosso, onde os desníveis sociais são grandes e a maioria da população ainda não teve acesso aos serviços básicos. Por isso - argumentou - é falso dizer que podemos entregar os serviços essenciais à iniciativa privada, como acontece em alguns países do Primeiro Mundo.

Empregado da Light - recentemente privatizada - Jurandir Petrolino alertou que a privatização da CEDAE vai piorar seus serviços e produzir os transtornos que a população vem sofrendo com o fornecimento de luz - comprometido pelas demissões e consequente redução de funcionários.

Politicagem

A ocupação de cargos de chefia por pessoas sem conhecimento do setor público também contribuiu para piorar a qualidade dos serviços de saneamento no país. A tese foi defendida pelo presidente da Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (Aerj), Francis Boghossian, durante o painel Gestão do Saneamento no Estado do Rio de Janeiro: Alternativas e Aspectos Legais. Para o empresário, no entanto, a oferta dos serviços de água e esgoto começou a decair com o fim do BNH e dos recursos alocados pelo Planasa.

O empreiteiro advertiu que os setores público e privado brasileiros demoraram a perceber os efeitos da globalização e a diminuição do Estado, mas alertou que a parceria governo/iniciativa privada já foi

tentada no país sem sucesso. Em 1935, a construtora Dani fundou uma S.A. para explorar (por 25 anos) o fornecimento da água a ser produzida pela adutora de Ribeirão das Lajes. O decreto (24.733) foi publicado, as obras executadas entre 1937 e 1940, mas o regime não vingou e os construtores ficaram sem receber.

Nova lei

Representante da presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Monica Porto, o professor da COPPE-UFRJ, Jérson Kelman, garantiu que a nova Lei de Recursos Hídricos (9.433/97) vai ordenar a utilização das bacias, aumentar o fornecimento de água onde há escassez e melhorar sua qualidade nas regiões hoje afetadas por poluentes.

Atuando no estudo que a COPPE conduz para definir as futuras intervenções na bacia do Paraíba do Sul, Kelman disse que "a lei prevê a criação de agências de bacia, que ficarão encarregadas de medir a vazão dos rios e, com esse dado, vai ser possível projetar a oferta e viabilizar a economia em regiões onde chove pouco - disse. Kelman lembrou que o nordeste brasileiro tem mais água do que Israel e Espanha, mas aqui, as atividades produtivas não vão adiante, porque os usuários não têm como planejar a produção".

LICITAÇÕES SÃO ILEGAIS

A posição dos técnicos da CEDAE com relação à discussão a respeito do modelo de gestão e da legitimidade do município como Poder Concedente foi sintetizada na palestra bem humorada do advogado Marcelo Cerqueira, que vem patrocinando as ações legais da ASEAC junto à justiça para impedir o processo de privatização do Saneamento no Estado.

- Essa questão da água está resolvida pela Constituição brasileira - disse o jurista, afirmando que o Estado está licitando serviços que não lhe pertencem. Segundo Marcelo Cerqueira, qualquer atividade nesse sentido é ilegal, pois qualquer serviço de natureza local é de competência do município.

Segundo o advogado, o caso da licitação para a concessão dos serviços de Saneamento na Barra também é de mera legitimidade, "que no caso é do prefeito Luiz Paulo Conde", que pode requerer, através de mandado de segurança, essa legitimidade.

"Nós estamos sinalizando para o Estado que esse serviço é de natureza pública e que, onde foi privatizado, não deu certo", explicou Cerqueira. Todos nós sabemos que a CEDAE tem defeitos, mas o governo precisa é dar um passo à frente, modernizando a Companhia, e não dar um passo atrás, privatizando. Mesmo porque, a lei só permite a concessão de serviços não essenciais, o que não é o caso do Saneamento Básico", alertou.

Marcelo Cerqueira citou o caso da Vale do Rio Doce, recentemente privatizada pelo governo federal, e que gerou uma forte resistência da sociedade. Segundo ele, essa resistência tem sido grande, também, por parte do pessoal da CEDAE, com ações na justiça que já geraram algum resultado, através de liminares, mas o que deveria ocorrer, na verdade, é o entendimento entre o estado e o município: "Cabe ao Estado prover água para quem não tem recursos para pagar, pois quem tem não tem problemas com serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgotos. Afinal, abastecimento de água não pode ser um serviço entregue à sanha do capitalismo", afirmou.

Para Cerqueira, o argumento de que, no Rio, por este ter sido Distrito Federal, Estado da Guanabara, caberia ao Estado o poder da concessão, é irrelevante. "A lei posterior revoga a anterior, e a Constituição revoga todas as outras". Mesmo que houvesse um contrato, ele estaria revogado em face da mudança da Constituição. Para Marcelo Cerqueira, o regime de concessão entre pessoas de direito público e privado nunca deu certo, pois em determinado ponto ele vai deixar de interessar à concessionária particular, por razões econômicas.

"Para os técnicos, os serviços devem permanecer com a CEDAE, que é uma concessionária de serviço público."

Saneamento não é mercadoria

Marcos Salles

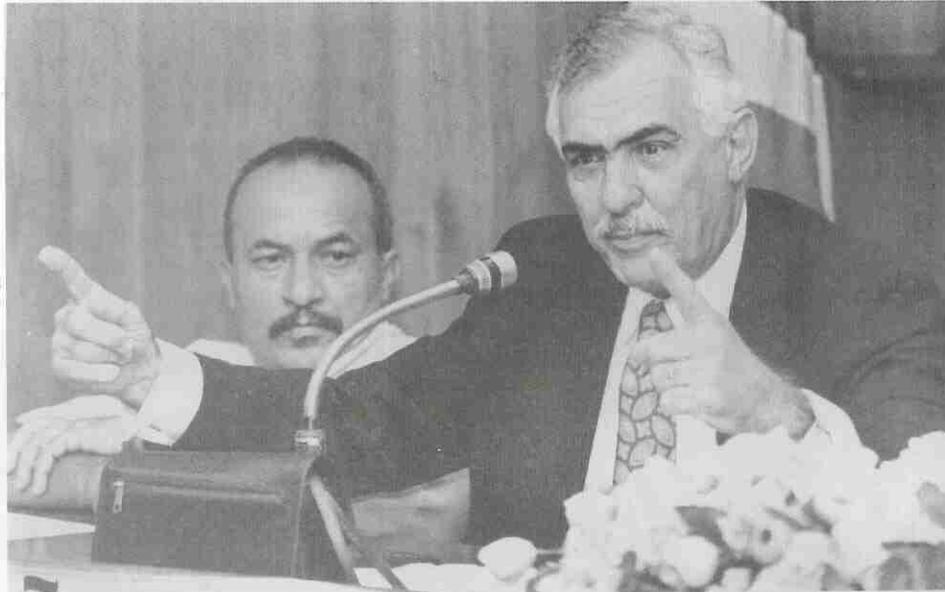
Abrindo a sessão de encerramento do Encontro, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, não poupo críticas ao modelo que o governo do Estado quer impor ao Saneamento Básico no Estado do Rio e ao posicionamento dos representantes do governo que utilizaram os velhos argumentos de falta de recursos para tentar dar respaldo ao discutível projeto de privatização do setor.

Mondego abriu sua exposição fazendo um "rápido mergulho" na história que, segundo ele, serve para justificar a posição dos técnicos da CEDAE em defesa da manutenção do Saneamento na esfera pública, "com a Companhia preservada, e não fragmentada como o governo vem tentando fazer", através de seu Programa Estadual de Desestatização - PED.

O presidente da Entidade lembrou o caos que rondava as torneiras da população, nos idos de 60, e que, ao contrário do que ocorre hoje, levava ao "desespero" os responsáveis pelo Departamento de Águas do antigo Distrito Federal, mais tarde, Estado da Guanabara. Segundo ele, naquela época, o que mais atormentava as autoridades era, de fato, a falta de recursos para investimentos, pois "como se tratavam de órgãos da administração direta, dependiam de verbas orçamentárias, que acabavam no primeiro semestre do exercício", explicou.

Dario Mondego explicou que tal situação perdurou até a criação do Estado da Guanabara, com a fundação da Sursan e, mais tarde, da Cedag - uma sociedade de economia mista, livre do orçamento, e com arrecadação própria, capaz, portanto, de viabilizar os empréstimos junto aos organismos nacionais e internacionais (CEF, Bird, BID etc.), quando, então, pôde desenvolver novas obras e construir projetos do porte do Guandu, cujos recursos foram pagos depois pela própria Empresa. Na ocasião, também foi criada a Esag, que viabilizou importantes projetos na área de esgotos, como o Emissário Submarino de Ipanema, por exemplo.

Com a criação do Planasa, o modelo adotado pela Companhia, na época, foi disseminado por todo o País, e todos os estados criaram suas empresas de Saneamento espelhadas na CEDAE. Feita a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara - explicou o



Dario Mondego: "Por razões lógicas, a iniciativa privada vai perseguir o lucro".

presidente da ASEAC - fundiram-se as empresas de Saneamento, sem que houvesse a preocupação com a questão do Poder municipal, que passou a andar a reboque das companhias estaduais.

Segundo Mondego, a partir daí, a Cedag sofreu um retrocesso, "porque o governo não dividia com as prefeituras esse poder, intervindo diretamente no processo, "a não ser em épocas de eleições, como, aliás, ainda acontece até hoje", afirmou Dario. Segundo ele, hoje, às vésperas de um novo processo eleitoral, a Empresa volta a ser olhada pelo governo do Estado como um instrumento importante.

Ele chamou a atenção para o fato de que "a CEDAE é uma empresa de economia mista, administrada pelo governo como se fosse um órgão da administração direta. A tal ponto que o secretário de Obras dá ordens na Empresa como se ela fosse propriedade do governo", disse Dario Mondego. Em seguida questionou:

- Por que destruir um instrumento que dá certo, que tem todas as condições para obter recursos no Brasil e no exterior, como sempre fez, indagou, lembrando a denúncia do prefeito de Resende, que acusou o governo federal de liberar verbas apenas para a privatização das empresas de Saneamento. Dario Mondego classificou a água como "um bem comum, como é o ar, o mar, e que, portanto, não se trata de mercadoria

ou produto que tenha passado pelo processo fabril de transformação de matéria prima", provocou.

Segundo ele, "o entendimento dos técnicos da CEDAE é de que a concessão de tais serviços devem permanecer com a Companhia, que é uma concessionária de serviço público".

- Temos consciência de que a CEDAE carece de modernização. Para tanto, basta o governo estadual querer, pois ele tem o poder - afirmou. "Agora, dizer que a CEDAE é ineficaz ou que é decadente é, no mínimo, desinformação. Quem afirma isso, não conhece a história da Companhia, seu acervo técnico e sua capacidade instalada. Consequentemente, também desconhece seu potencial econômico-financeiro. Os que conviveram com a Empresa, surpreenderam-se com a sua vocação de superar dificuldades".

Segundo o presidente da ASEAC, quando o governo do Estado deixou, a Companhia realizou grandes obras, com recursos próprios, algumas inauguradas recentemente, e todos os compromissos honrados nos prazos contratuais. Para Dario, hoje, a situação não é diferente, pois a Empresa conserva sua capacidade técnica e de endividamento, com base na sua arrecadação que é líquida e certa, com possibilidade, inclusive, de aumento, na medida em que se melhore o nível

de perdas financeiras e físicas da água. Ele lembrou que os técnicos da Companhia chegaram a apresentar ao governo um modelo destinado a modernizar a gestão do Saneamento Básico no Estado do Rio, que agora está sendo fundido numa única proposta, incorporando sugestões dos sindicatos dos Urbanitários, Engenheiros, Administradores e dos trabalhadores de Campos e de Niterói. Em seguida, explicou detalhes da proposta dos empregados da CEDAE, fazendo um paralelo entre a gestão pública e privada dos serviços de Saneamento. Na sua visão, por razões lógicas, a iniciativa privada perseguirá o lucro; logo, só lhe interessarão as áreas rentáveis, tais como a Barra, Recreio, Jacarepaguá e outras, onde o poder aquisitivo do usuário é a garantia de um menor índice de inadimplência. "Ninguém falou, até agora, em privatizar a Baixada Fluminense. Será por falta de atrativo econômico?", questionou. No caso da CEDAE, a concessionária pública não visa ao lucro e sim a um superávit, cujo destino final é diferente do lucro, retornando ao usuário em forma de aumento dos serviços e de sua qualidade, o que não acontece com o lucro que é gerado pela rentabilidade dos investimentos, e que vai para o "bolso do empresário", afirmou.

Dario citou, também, entre as vantagens de manutenção do Saneamento na esfera pública, o fato de que a CEDAE não faz distinção entre seus clientes; a busca pela universalização dos serviços e o subsídio cruzado, que permite democratizar o abastecimento, independente de classes sociais; seu acervo técnico etc. Ao concluir, o presidente da ASEAC lembrou a situação relativamente tranquila em que vive, hoje, a população, do ponto de vista do abastecimento d'água: "Não é comum, atualmente, a ocorrência de casos de falta d'água, a não ser casos isolados", explicou. Além disso, o Estado do Rio não tem casos de doenças de veiculação hídrica que tenham como veículo a água da CEDAE. Não se justifica, portanto, a sua extinção ou o seu faticamento.

- A questão é de vontade política do governador. Ouvindo-nos e acatando o nosso modelo de gestão, com certeza, ninguém vai querer nunca mais ouvir falar em privatizar as concessões de abastecimento e distribuição de água e do escoamento sanitário no Estado - concluiu.

Jornal da ASEAC
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601/602/607/902 - RJ.

Tel (021) 263 6240 - Telefax 253 7482

E-mail: aseac@mandic.com.br

IMPRESSO